



Nota de Abertura

Estimular a inovação nas escolas para melhoria da qualidade da educação

Melhorar a qualidade em educação implica atuar de forma consistente e prolongada em diferentes dimensões que, de forma comprovada, conduzem a melhores resultados. A investigação em educação e a avaliação de políticas públicas na área da educação demonstram que a reflexão em torno dos resultados e o desenho colaborativo de novas ações, vulgarmente designadas como inovadoras, trazem motivação e desejo alargado de indução da mudança nas comunidades educativas.

O *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.

Trazer inovação a estas diferentes dimensões, neste entendimento de que inovar será para “fazer as coisas melhor” de Bolívar (2003, p.53), obriga a um olhar atento para as práticas implementadas, promovendo a avaliação e a reflexão para a mudança. Sir Ken Robinson em “Creative Schools: Revolutionizing Education from the Ground Up” (2015) afirma a necessidade de mudança. Defende uma reformulação fundamental do sistema educacional, desde as estruturas curriculares até as práticas de avaliação, para uma melhor adaptação às necessidades dos alunos e às exigências da atual sociedade.

As mudanças que temos vindo a concretizar no sistema educativo português decorrem, em vários casos, da implementação de projetos piloto que depois de devidamente monitorizados e avaliados, são adaptados e alargados. Um exemplo foi o do “Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica” (PIIP), com início em 2016/2017. O estudo de avaliação deste Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica, apresentado em julho de 2019 e realizado pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, sob a coordenação da Doutora Estela Costa, demonstrou da importância, entre outras coisas, da:

- Aprendizagem em rede: o PPIP cresceu numa rede de escolas que, em conjunto, concebeu e experimentou modos diferentes de gerir o currículo prescrito, (re)novando-o, contextualizando-o e explorando novas opções de organização da escola;

- Primazia do pedagógico: as medidas organizativas foram pensadas para dar resposta ao projeto pedagógico e não antecipadas sob a forma de agenda pré-definida, como medidas que se constituíssem elas próprias como inovação;

- Importância das lideranças na alavancagem da inovação pedagógica: não obstante os perfis e trajetórias profissionais distintos evidenciados, os diretores e as lideranças dos AE PPIP detêm características que se revelaram decisivas para o sucesso do engajamento dos diferentes atores no projeto;

- Existência de um movimento reticular de comunicação e aprendizagem: as experiências positivas geradas a partir de soluções construídas coletivamente rapidamente são disseminadas aos outros atores não envolvidos, através de processos comunicacionais desenhados no sentido de contagiar os céticos e contaminar as suas práticas;

- Existência de um trabalho de reconfiguração do currículo: um esforço grande foi colocado nos processos de gestão curricular, dentro das diversas áreas disciplinares, e na articulação curricular. No primeiro caso, destaca-se a preocupação em mapear as aprendizagens previstas no currículo prescrito, em sequencializar essas aprendizagens, atendendo às Aprendizagens Essenciais e às competências para o século XXI previstas no Perfil dos Alunos; no segundo caso, reconhece-se o esforço de criação de espaços de articulação e integração curricular que potenciam nos alunos aprendizagens significativas e que criam, nos professores, contexto para que o encontro entre colegas ocorra e se traduza naturalmente em trabalho colaborativo, dentro e fora da sala de aula.

- Transformação do isolamento profissional em trabalho colegial: decorre deste cenário, uma unanimidade dos atores auscultados, na importância dada ao trabalho em equipa, como condição prévia para a mudança na escola e para a aprendizagem organizacional.

- Avaliação, considerada o desafio maior: o principal desafio, transversal a todos os AE, foi o de imprimir maior protagonismo à avaliação formativa e ao feedback como mecanismos reguladores do ensino e da aprendizagem.

Como já mencionado, o PPIP contribuiu de forma decisiva para mudanças pedagógicas e organizacionais não só nas escolas envolvidas, mas no alargamento que foi feito posteriormente a muitas outras comunidades, nomeadamente aquelas que para além do Decreto-Lei n.º 55 de 2018, tomaram a decisão de implementarem Planos de Inovação ao abrigo da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua atual redação.

Com o objetivo de continuar a estimular processos inovadores e transformadores nas escolas e nas comunidades, tem atualmente a Direção-Geral da Educação um novo projeto-piloto em curso, designado “Grupos de Desenvolvimento - Inovação entre Pares” (GDleP). Os Grupos de Desenvolvimento - Inovação entre Pares pretendem, de novo, constituir-se como um modelo colaborativo e cooperativo entre escolas, visando estimular a inovação por meio da interação, da partilha de experiências e da aprendizagem conjunta, em torno dos seguintes domínios, ou subdomínios, no caso da Gestão do Currículo:

- Lideranças;
- Modelo e Estrutura Escolar;
- Gestão do Currículo (Inclusão, Desenvolvimento Curricular, Metodologias, Domínios de Autonomia Curricular (e outras formas de articulação));
- Cultura Organizacional e Profissional;
- Autoavaliação e monitorização.

Deste modo, constituiu-se em cada região do país, um Grupo de Desenvolvimento (GD) que se focará essencialmente no desenvolvimento de um dos domínios/subdomínios, referidos

anteriormente, podendo, no entanto, ao longo do processo, optar pela sua complementaridade através do desenvolvimento de algum dos outros. Cada GD formará uma microrrede que integra uma “escola farol”, detentora de práticas inovadoras no domínio selecionado, a que acrescem mais cinco ou seis escolas que tenham identificado a necessidade e vontade de o desenvolver localmente, para melhoria das suas práticas educativas. No âmbito do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, as dinâmicas de trabalho ocorrem com o apoio das equipas regionais, nomeadamente dos representantes dos diferentes organismos/serviços centrais do Ministério da Educação e dos representantes dos Centros de Formação de Associações de Escolas.

O GDleP, enquanto modelo colaborativo e cooperativo, permitirá:

- Criar sinergias entre escolas, lideranças e professores;
- Promover o desenvolvimento de competências;
- Partilhar e discutir conhecimentos e práticas;
- Promover o apoio mútuo entre escolas e o diálogo profissional;
- Envolver os docentes em tópicos específicos alinhados com as prioridades da escola;
- Desenvolver um processo de autoaperfeiçoamento baseado em parcerias que procuram melhorar o ensino e a aprendizagem;
 - Promover a avaliação entre pares (entre escolas) como um meio eficaz de análise e melhoria contínua;
 - Disseminar práticas inovadoras.

Deste modo, os GD visam promover uma cultura de aprendizagem contínua e colaborativa, resultando em benefícios duradouros para todas as escolas envolvidas e oportunidades de aprendizagem mais eficazes e significativas para todos os alunos.

Maria João Horta, Subdiretora-Geral da Educação